



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PARA O TRABALHO E A CARREIRA DOCENTES NO BRASIL (2000-2010)

Mirna Ribeiro Lima da Silva
Instituto Federal Baiano - Brasil
E-mail: mirnaribeiro@yahoo.com.br

Trabalho de natureza teórica

Resumo: O trabalho é parte de pesquisa interinstitucional sobre características e tendências da produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil entre 2000-2010. Tem-se como objetivo analisar as características e as tendências nos estudos sobre as políticas para o trabalho e a carreira docentes, em teses e dissertações da área de educação. São ressaltados três aspectos: o interesse sobre o tema do trabalho e carreira docentes dentre as pesquisas sobre as políticas educacionais; as principais abordagens e temas encontrados nos trabalhos analisados; e o espaço da temática aqui tratada junto ao campo das pesquisas em educação. Por fim, são discutidos o alcance, avanços e perspectivas sobre o tema tratado, visando fortalecer as tendências de investigações sobre as políticas educacionais e sobre o trabalho docente no Brasil.

Palavras-chave: Produção de conhecimento. Políticas educacionais. Trabalho docente. Teses e dissertações.

Introdução

Com este trabalho objetiva-se analisar as características e as tendências nos estudos sobre as políticas para o trabalho e a carreira docentes, à luz da produção do conhecimento sobre as políticas educacionais brasileiras, em teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em educação do país no período entre 2000 e 2010. A abordagem, de caráter exploratório, se pauta em torno de questões como o interesse sobre as políticas para o trabalho docente e as problemáticas de pesquisa que são consideradas mais relevantes na pós-graduação em educação brasileira.

Os estudos sobre a produção do conhecimento vêm ganhando vulto nos estudos em educação e, conforme Hayashi (2013), a sua importância se deve à sua capacidade de revelar e revisar, sistematicamente, os conhecimentos produzidos na área, além de, segundo o autor, permitir abreviar-se o tempo dos levantamentos e análises bibliográficos na realização das pesquisas no espaço acadêmico.

No caso deste estudo, justifica-se sua pertinência, primeiramente, pela importância do conhecimento das políticas para o trabalho e carreira docentes para os próprios trabalhadores e trabalhadoras da educação, esses e essas mesmos que, pressupõe-se, desenvolvemos os estudos na área. Em segundo lugar, devido aos poucos estudos voltados especificamente para as políticas públicas para o trabalho e a formação de professores no Brasil, conforme já assinalado em estudo anterior (BELLO; PENNA; SILVA, 2014). Ademais, espera-se poder contribuir com o conhecimento sobre a produção de conhecimento sobre as políticas educacionais, tendo em vista “uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e focos, além de identificar as lacunas ainda existentes” (ROMANOVSKI; ENS, 2006, p.41), como pretendem os estudos sobre a produção do conhecimento em geral.

Cumpra assinalar que o presente trabalho é parte da pesquisa interinstitucional denominada *A produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil: características e tendências (2000-2010)*¹, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e realizada por professoras da área de políticas educacionais e estudantes de diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do país, de maneira interinstitucional².

Essa pesquisa mais ampla consistiu no levantamento e análise de teses e dissertações sobre políticas educacionais, defendidas em 21 cursos de programas de pós-graduação em educação brasileiros, conceituados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no triênio 2008-2010, com nota igual ou superior a 5. Considerando os critérios da seleção, a maioria dos trabalhos obtidos com a pesquisa foi produzida em instituições localizadas nas Regiões Sul e Sudeste do país, à exceção apenas

¹ Há uma descrição mais detalhada sobre o desenvolvimento da pesquisa em Silva, Jacomini e Minhoto (2013) e em Bello, Jacomini e Minhoto (2014).

² Fizeram parte da pesquisa, sob a coordenação da primeira, as professoras (e respectivas instituições) Antonia Almeida Silva (UEFS), Elisângela Alves da Silva Scaff (UFGD), Hérica Karla Alencar de Medeiros Wellen, Isabel Melero Bello (UNIFESP), Márcia Aparecida Jacomini (UNIFESP), Maria Angélica Pedra Minhoto (UNIFESP), Marieta Gouvêa de Oliveira Penna (UNIFESP), Mirna Ribeiro Lima da Silva (IFBaiano), Valdelaine da Rosa Mendes (UFPEL).



da UFG (região Centro-Oeste) e da UFRN (região Nordeste). Ainda que se possa observar que há trabalhos que reportem a realidades de variadas regiões e Estados do país, assinala-se a pertinência de outras investigações que considerem a produção acadêmica nas demais regiões.

As instituições que atendiam a esses critérios à época da coleta dos dados foram:

- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ);
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS);
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP);
- Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ);
- Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- Universidade Federal de Goiás (UFG);
- Universidade Federal Fluminense (UFF);
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Universidade Federal de Pelotas (UFPeL);
- Universidade Federal do Paraná (UFPR);
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);
- Universidade Federal de Uberlândia (UFU);
- Universidade Estadual Paulista *Campus* Marília (Unesp-Marília);
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep);
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e
- Universidade de São Paulo (USP).

Ao todo, foram coletados 1.304 trabalhos³, diretamente do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, disponibilizados no endereço:

³ Na divulgação dos resultados parciais da pesquisa em anais de eventos, bem como no artigo de Bello, Jacomini e Minhoto (2014), foi informado o total de 1.305 trabalhos coletados pela pesquisa. Todavia, durante revisão final, observou-se que um dos trabalhos computados não atendia ao critério de catalogação de produções dos programas de pós-graduação em



<http://bancodeteses.capes.gov.br/>, os quais compõem rico banco de dados que tem fomentado diversos estudos.

Com a pesquisa mais ampla foi possível compreender as tendências que atualmente constituem as investigações sobre as políticas educacionais brasileiras, tendências essas organizadas em nove eixos: 1) Organização, planejamento, administração e gestão da educação; 2) Avaliação em larga escala e avaliação institucional; 3) Qualidade da educação e do ensino; 4) Estado e reformas educacionais, neoliberalismo na educação, terceiro setor e organizações sociais na educação, análise e avaliação de políticas educacionais; 5) Políticas de formação de professor e carreira docente; 6) Financiamento da educação e controle social do financiamento da educação; 7) Abordagens teórico-metodológicas em pesquisas sobre políticas educacionais; 8) Análise e avaliação de programas e projetos no campo educacional; e 9) Políticas inclusivas.

Dentre as várias abordagens que o banco de dados da pesquisa permite, aqui pretende-se realizar uma análise documental de apenas uma parte dos dados referentes ao eixo 5, intitulado *Políticas de formação de professor e carreira docente*, cujo levantamento remeteu a 204 trabalhos, sendo 132 dissertações e 72 teses. Uma análise desses dados de maneira global pode ser conferida em Bello, Penna e Silva (2014).

A seleção dos trabalhos para o eixo 5 se pautou nos seguintes termos de busca: formação de professor; formação docente; licenciatura; trabalho docente; profissionalização docente; carreira docente; magistério; remuneração docente; piso salarial do magistério; salário do professor.

A partir desse mapeamento inicial, aqui intenta-se realizar uma nova análise, desta vez sobre trabalhos que se voltam especificamente para políticas para o trabalho e a carreira docentes, desconsiderando-se os trabalhos que se voltam para políticas de formação de professores. Para tanto, realizou-se a releitura de cada um dos resumos das teses e dissertações do eixo 5 e a

educação. Essa constatação levou a equipe a corrigir os dados mediante a exclusão dessa produção.



seleção daqueles que tratassem do recorte de análise aqui proposto, por apresentarem uma ou mais dentre as seguintes palavras-chave:

- carreira docente;
- jornada de trabalho docente;
- o ser-professor;
- política e educação; resistência; trabalho docente;
- precarização do trabalho docente;
- professores; relações trabalhistas ; contrato de trabalho;
- profissionais do magistério;
- profissionalização docente;
- movimento sindical; profissão docente;
- trabalho docente; magistério; trabalho pedagógico;
- trabalho docente; reforma educacional;
- valorização do magistério.

Assim, foram selecionados 32 trabalhos, 22 dissertações e 10 teses, que compõem a produção acadêmica sobre políticas para o trabalho docente entre os anos de 2000 e 2010, desenvolvida nos Programas de Pós-graduação em Educação brasileiros melhor conceituados pela CAPES no período.

É sobre essa base de dados que, aqui, se buscou identificar as tendências nas investigações sobre o trabalho e carreira docentes no Brasil, à luz da análise da produção acadêmica sobre as políticas educacionais em geral, relatada por Silva, Jacomini e Minhoto (2013).

Foram norteadoras questões como: Qual o lugar/o interesse sobre o trabalho docente nos estudos sobre as políticas educacionais e a educação? Quais abordagens sobre o tema foram eleitas pelos pesquisadores e pesquisadoras?

O texto ressalta três aspectos, a saber, o interesse sobre o tema do trabalho e carreira docentes no bojo dos estudos sobre as políticas educacionais em geral; as abordagens e temas principais eleitos pelos pesquisadores e pesquisadoras em educação; e problematizações sobre o espaço da temática aqui tratada junto às pesquisas em educação. Por fim, são



discutidos avanços e perspectivas, tendo-se em vista fortalecer tendências de investigações sobre o tema.

1 O interesse sobre as políticas para o trabalho e a carreira docentes na pós-graduação em educação brasileira

Quando perquirido o interesse sobre as políticas para o trabalho e a carreira docentes na pós-graduação em educação brasileira, os dados sugerem um interesse relativamente pequeno, dentre estudiosos e estudiosas que se dedicaram a investigar as políticas educacionais no Brasil: entre os anos 2000 e 2010, em 21 cursos de pós-graduação, foram produzidos 1.304 trabalhos sobre a temática das políticas educacionais, entre teses e dissertações; destes, 204, cerca de 15,7%, se voltaram sobre as políticas de formação e carreira de professores, dos quais apenas 32 eram específicos sobre o trabalho e a carreira docentes.

Esses 32 trabalhos correspondem a cerca de 16% dos trabalhos do eixo 5 e a somente cerca de 2,5% do total levantado pela pesquisa.

A maior ênfase das investigações sobre a formação dos professores do que sobre o seu trabalho indica uma possível lacuna dentre os estudos de políticas educacionais, mas esse dado não se dá isolado, nem é novo. Esse aspecto já foi assinalado anteriormente em Brzezinski (2006) e já foi identificado a partir de outras bases, que não somente teses e dissertações, em Silva (2008c). Gatti, Barreto e André (2011) também confirmam essa tendência:

Mapeamento recente das pesquisas dos pós-graduandos brasileiros (ANDRÉ, 2010) mostrou que as políticas docentes não eram objeto de interesse dos pesquisadores nos anos de 1990 e continuam sendo muito pouco investigadas. No período de 1999 a 2003, de um total de 1.184 pesquisas, apenas 53 (4%) se voltavam para esse tema. Daí a importância de fazer um balanço das políticas voltadas aos docentes no Brasil e discuti-las (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p.15, grifos nossos).

Reside aí um aspecto importante a ser considerado em escolhas de temas de pesquisas futuras da área de educação, uma vez que o trabalho



docente, para além de ser a provável ocupação de grande parte dos pesquisadores e pesquisadoras da área, ocupa dimensão considerável da população economicamente ativa e do emprego no setor público:

Em 2004, os professores (da educação infantil ao ensino superior) representam 1,8% do total da população economicamente ativa (PEA), isto é, da população que está no mercado de trabalho, quer efetivamente trabalhando ou temporariamente ausente do trabalho, quer procurando trabalho. O emprego (direto e indireto) no setor público, no Brasil, representa 12% do total da PEA (CERQUEIRA, 2005). Também é significativa a participação dos professores no total da população ocupada, isto é, da população que tem trabalho (remunerado ou não). Durante todo ou parte do período da coleta de dados pela PNAD, eles representavam cerca de 2% (SOUZA, 2007, p.49).

Não obstante, considerando melhor esse dado, nota-se que tem havido um crescimento no número de estudos, como se pode melhor visualizar no quadro a seguir, comparando as produções entre o início e o final da década.

QUADRO 1 - Número de dissertações e teses sobre trabalho e carreira docentes, por períodos (Brasil, 2000-2010)

TIPO	2002-2005	2006-2010	TOTAL
DISSERTAÇÃO	5	17	22
TESE	3	7	10

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

O Quadro 1 revela que no período entre os anos 2000-2005 foram concluídas 5 dissertações e 3 teses que tiveram como tema as políticas para o trabalho e a carreira docentes, correspondentes, respectivamente, a 23% e 30% do total de trabalhos na década, sendo que não foi identificado nenhum sob esse tema dos anos de 2000 e 2001. Já no período entre 2006-2010 foram identificadas 17 dissertações, relativas a 77% do total da década e 7 teses, relativas a 70% do total desse tipo de trabalho. Assim, um cenário que à primeira vista poderia acenar como desolador, pessimista, pode ser visto também como um avanço, face ao processo histórico de desenvolvimento dos estudos sobre educação e políticas educacionais no Brasil.

Com a identificação dos nomes dos autores e autoras dos trabalhos, tem-se que os sujeitos que atuam no desenvolvimento dessas pesquisas são

em grande maioria mulheres, independente do grau dos estudos - doutorado ou mestrado. Dentre os autores e autoras, tem-se 25 trabalhos de autoria de mulheres contra 7 de homens, proporção semelhante encontrada nos orientadores e orientadoras, com 26 trabalhos orientados por mulheres contra apenas 6 orientados por homens.

Considerando que a permanência dos autores no desenvolvimento de estudos sobre um tema contribui para consolidar um dado campo científico (BOURDIEU, 1983), observa-se que há dispersão dos autores entre os estudos sobre políticas para o trabalho docente, uma vez que, dentre os estudos produzidos nesse período, não foi encontrado nenhum autor ou autora que tematizou as políticas para o trabalho docente no curso de mestrado e também no doutorado. Isto, porém, deve ser considerado com cuidado, pois não necessariamente significa um abandono do tema por esses sujeitos. Dado o recorte temporal do levantamento, podem ter havido trabalhos desses autores e autoras nos períodos anteriores ou posteriores à década de 2000-2010.

Foram encontradas recorrências dentre os orientadores e orientadoras dos trabalhos: 05 professoras e professores, da UFMG, UFU, UNICAMP, UNIMEP e duas da UFMG, concentraram as orientações de 12 estudos sobre o trabalho docente entre os anos 2000-2010, de um total de 32. Entende-se que, para a consolidação de um campo de estudos, o papel dos orientadores e orientadoras é decisivo, considerando-se a sua vinculação formal com as instituições e linhas de pesquisa na pós-graduação, de modo a se obter um contato mais duradouro com a temática de investigação.

Na produção que aqui se está a analisar também foram identificadas as instituições e linhas de pesquisa que tem se inclinado a acolher estudos sobre as políticas para o trabalho e carreira docentes.

Primeiramente, importa assinalar que nem todas as instituições que fizeram parte da pesquisa mais ampla possuíam trabalhos sobre as políticas para o trabalho e carreira docentes. Do total de 21 Universidades da pesquisa mais geral, apenas 12 concentraram os estudos sobre a temática em questão.

A tabela a seguir apresenta o número, a porcentagem e a natureza dos trabalhos levantados (dissertação ou tese), por instituição.

TABELA 1 - Número e porcentagem de dissertações e teses sobre políticas para o trabalho e carreira docentes, por instituição (Brasil, 2000-2010)

INSTITUIÇÃO	TRABALHOS	%	DISSERTAÇÕES	TESES
UFMG	6	19	4	2
UNICAMP	5	15	2	3
UNIMEP	4	12	3	1
USP	4	9	2	2
UFU	3	9	3	0
UFG	2	6	2	0
UFPR	2	6	2	0
UFRN	2	6	1	1
UNISINOS	2	9	2	0
UERJ	1	3	0	1
UFES	1	3	1	0
UFRGS	1	3	0	1
TOTAL	33	100	22	11

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 1, dentre as 12 Universidades com pesquisas de pós-graduação sobre políticas para o trabalho e a carreira docentes, destacam-se, em ordem crescente respectiva ao número de trabalhos, a UFMG (06), UNICAMP (05) e a UNIMEP e USP (04 trabalhos, cada uma), seguidas da UFU (03), UFG, UFPR, UFRN E UNISINOS, UFPR (02, cada uma) e da UFRGS, UERJ E UFU (01 cada uma).

Cabe destacar, neste íterim, a importância das instituições públicas de ensino superior para a produção do conhecimento sobre o tema: acolheram cerca de 83% dos trabalhos, contra 17% de instituições privadas.

Quanto à natureza dos trabalhos, em teses ou dissertações, tal como observado nos dados da pesquisa como um todo (SILVA; JACOMINI; MINHOTO, 2013) e no levantamento sobre o Eixo 05 (BELLO; PENNA; SILVA, 2014), dentre os estudos sobre políticas para o trabalho e carreira docentes há um maior número de dissertações (66,7%) do que de teses (33,3%), o que é esperado face à maior oferta de cursos de mestrado do que de doutorado no país.

No Quadro 02, a seguir, são apresentadas as linhas de pesquisa às quais esses mesmos trabalhos foram vinculados.

QUADRO 02 - Linhas de Pesquisa das dissertações e teses sobre políticas para o trabalho e carreira docentes, por instituição (Brasil, 2000-2010)

INSTITUIÇÃO	LINHA DE PESQUISA	Nº TRABALHOS
UFMG	Políticas públicas e educação	4
	Educação escolar: instituições, sujeitos e currículos	1
	Políticas públicas e educação	1
UNICAMP	Formação do professor, currículo e ensino superior	2
	Desenvolvimento humano, psicologia e educação	1
	Filosofia, educação, história e sociedade	1
	Políticas públicas e educação	1
UNIMEP	Política e gestão da educação	4
USP	Sociologia da educação	1
	Didática, teorias de ensino e práticas escolares	1
	Estado, sociedade e educação	1
	História da educação e historiografia	1
UFU	Políticas públicas e gestão em educação	3
UFG	Formação e profissionalização docente	1
	Estado e política educacional	1
UFPR	Políticas e gestão da educação	1
	Mudanças no mundo do trabalho e educação	1
UFRN	Política e práxis da educação	1
	Formação e profissionalização docente	1
UNISINOS	Educação, história e políticas	2
UERJ	Cotidianos, redes educativas e processos culturais	1
UFES	História, sociedade, cultura e políticas educacionais	1
UFRGS	Políticas de formação, políticas e gestão da educação	1
TOTAL	23	33

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Pode-se notar, conforme o Quadro 2, que basicamente 23 (vinte e três) linhas de pesquisa, em 12 (doze) Universidades, concentram a produção acadêmica em teses e dissertações sobre políticas para o trabalho e a carreira docentes nos programas com maior qualificação pela CAPES entre os anos 2000 e 2010. Dessas linhas, diferente dos dados relativos ao Eixo 5 da pesquisa em geral (BELLO; PENNA; SILVA, 2014), grande parte deixa clara a sua aderência ao estudo das políticas educacionais: 12 linhas, pouco mais de 50% do total, aludem diretamente às políticas públicas educacionais/Estado desde os seus títulos (UFMG, UNICAMP, UNIMEP, USP, UFU, UFG, UFPR, UFRN, UNISINOS, UFES e UFRGS), outras 3 tematizam diretamente a formação de professores, relacionada à profissionalização (UFG, UFRN), às políticas de formação (UFRGS) e ao currículo e educação superior (UNICAMP). As demais (UFMG, UNICAMP, USP, UERJ e UFPR) se nomeiam por temas diversos, ainda que correlatos, e algumas mencionam as políticas



educacionais dentre os conteúdos das suas ementas, disponibilizados nos *sites* das instituições na internet.

A localização dos trabalhos em linhas de pesquisa correlatas às políticas para o trabalho e carreira docentes, ainda que não citadas diretamente desde o seu título, é um indício interessante da grande abrangência que os estudos sobre políticas educacionais tomaram no período analisado. Tal abrangência, inclusive, tem ultrapassado os limites da própria área de conhecimento, fato constatado durante o levantamento dos dados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, quando foram encontrados estudos sobre políticas para o trabalho docente que nem sequer foram desenvolvidos em programas de pós-graduação em educação, aspecto também mencionado por Silva, Jacomini e Minhoto (2013) nos demais eixos temáticos da pesquisa.

Uma vez conhecidos os trabalhos e as instituições que reúnem a produção de conhecimento em políticas para o trabalho e carreira docentes, parte-se para questionamentos em torno do seu conteúdo – as abordagens mais valorizadas pelos estudiosos e estudiosas do tema.

2 Trabalho e carreira docentes: abordagens em torno do tema

Quais as temáticas consideradas mais relevantes, ou, pelo menos, que são mais recorrentes nos estudos sobre políticas para o trabalho e a carreira docentes da pós-graduação brasileira?

A fim de responder a esse questionamento, os trabalhos foram conciliados segundo o seu, assim chamado, tema principal, em uma tentativa de categorizar as diversas abordagens existentes.

A definição do tema principal foi feita intentando-se compreender e organizar eixos temáticos principais para os trabalhos, considerando que a produção do conhecimento em uma área abriga temáticas e abordagens comuns ou recorrentes (BOURDIEU, 1983). Essa categorização impôs uma acurada leitura dos estudos, especificamente dos seus resumos, palavras-chave e sumários.

Com a categorização, alguns percalços se colocaram. A tentativa de organizar os trabalhos em temas suficientemente amplos por vezes os



descaracterizava em suas especificidades, porém, o reconhecimento de tais especificidades não contemplava as tendências comuns entre os mesmos. Sendo assim, ainda que sob um incansável receio de que essa categorização pode incorrer em riscos de simplificação e redução da riqueza dos estudos encontrados, escolheu-se conciliá-los a partir de três ou quatro temas principais, ao invés de definir apenas um tema principal, considerando dimensões mais gerais e, ao mesmo tempo, as suas especificidades.

Nesse reencontro com os dados foi marcante a dispersão de temas e abordagens, por vezes muito específicos, outras vezes amplos, aspecto também considerado por Azevedo e Aguiar (2001), que conseguiram ver positivities e negatividades sob este fato. Segundo as referidas autoras,

A abrangência peculiar à área temática conduz, necessariamente, a uma dispersão em termos de objetos e questões que aparecem como fulcro de investigações nos trabalhos analisados. Se, por um lado, esta condição deixa aberta a possibilidade de um debate amplo e rico sobre os mais diversos aspectos da política educacional, por outro, não suscita induções no sentido de se procurar um maior aprofundamento de determinados temas que permitam um desenvolvimento teórico do objeto, aliado ao domínio e à compreensão das dimensões mais instigantes da realidade (AZEVEDO; AGUIAR, 2001, p.59).

Sob essa inspiração, o olhar dirigido aos trabalhos selecionados buscou muito mais as suas confluências e regularidades do que as suas divergências e/ou especificidades, embora a base de dados que fundamenta esse estudo também permita uma análise deste tipo – um pouco desse viés também será apresentado mais à frente.

Os trabalhos foram agrupados em torno de quatro eixos principais.

O primeiro eixo, intitulado “Políticas de organização do trabalho docente”, reúne onze trabalhos, que tratam sobre políticas que definem, regulam, direcionam o trabalho docente. São estudos que se voltam para aspectos como as políticas para a carreira, condições de trabalho, jornadas de trabalho, piso salarial profissional e remunerações, em contextos diversos em todo o país (ABREU, 2008; FERREIRA, 2010; LUGLI, 2002). Alguns estudos desse eixo analisam políticas para o trabalho e carreira docentes sob



categorias como produtividade, intensificação e precarização, tanto na educação básica como na educação superior (PINTO, 2009; SILVA, 2008a; SILVA, 2008b) e há ainda trabalhos que consideram tais políticas sob o viés da sua valorização e profissionalização (CAÇÃO, 2001; DAMASCENO, 2010; QUEIROZ, 2009; ROCHA, 2009; WINK, 2009).

O segundo eixo reúne dez trabalhos, estudos que tem se voltado a analisar diferentes configurações, novas conformações e desafios contemporâneos das políticas para o trabalho docente. Foi intitulado como “Políticas educacionais e sentidos do trabalho docente” porque seus estudos apresentam diferentes olhares e categorias analíticas sobre o que seria o trabalho docente sob o signo das políticas - públicas e educacionais – contemporâneas, especialmente considerando os contextos da reestruturação produtiva (GOUNET, 1999), do neoliberalismo (ANDERSON, 1995) e das reformas educacionais dos anos 1990, no Brasil e na América Latina (OLIVEIRA, 2003). E aludem a dimensões das políticas educacionais implicadas com o trabalho coletivo, novas identidades, gênero, representações, participação político-social e com a formação de professores, desde a educação básica à superior, no Brasil e em outros países (ARAÚJO, 2007; CATINI, 2008; COSTA, 2008; LIMA, 2010; MELO, 2009; MOREIRA, 2008; PADILHA, 2008; RODRIGUES, 2003; SANTOS, 2003; VARANI, 2005).

O terceiro eixo, “Políticas educacionais e precarização do trabalho docente”, conta com nove trabalhos, aí classificados porque tematizam, diretamente, aspectos da precarização da docência, em diversos contextos e perspectivas. Importa assinalar que o aspecto da precarização não é recorrente apenas nos trabalhos classificados nesse terceiro eixo, mas, nos que aí estão enquadrados, a precarização é tomada como categoria explicativa central: relacionam a precarização a más condições para o exercício da docência, sob aspectos como a intensificação, ampliação de jornadas de trabalho, defasagens salariais, formas de contratação, perda do domínio sobre o conteúdo do trabalho e controle do trabalho pela gestão escolar, até a evasão do magistério (AMBROSIO, 2007; AUGUSTO, 2004; BARROS, 2002; CASADO, 2006; FONTANA, 2008; MOREIRA, 2007; MOREIRA, 2010;



ROCHA, 2006; SILVA, 2007). Note-se que há uma maior confluência dos trabalhos desse eixo, ou seja, que começa a despontar uma preocupação maior com a precarização do trabalho docente, após a segunda metade da década passada, com sete dentre os nove estudos do eixo.

Por fim, dois outros trabalhos agrupados aludem ao tema principal “Políticas educacionais, trabalho docente e sindicalismo”. Trata-se dos estudos de Hergesel (2005) e de Vieira (2009), os quais relacionam o trabalho docente à profissionalização e à formação político-pedagógica. Embora tenham sido encontrados outros trabalhos que também abordam a atuação dos sindicatos nas políticas para o trabalho e a carreira docentes, os selecionados nesse eixo têm o sindicalismo como elemento dinamizador das práticas sociais e de formação dos sujeitos e da profissão docente.

O quadro 3, a seguir, sistematiza as informações sobre os temas principais dos trabalhos, a partir dos eixos temáticos apresentados acima.

QUADRO 3 - Temas Principais das dissertações e teses sobre trabalho e carreira docentes, por Eixos Temáticos (Brasil, 2000-2010)

EIXO TEMÁTICO	TEMAS PRINCIPAIS	Nº DE TRABALHOS
• Políticas de organização do trabalho docente	Carreira docente; Condições de trabalho; Jornadas de trabalho; Piso salarial profissional do magistério; Remuneração docente; Produtividade, intensificação e precarização do trabalho docente; Valorização e profissionalização docente.	11
• Políticas educacionais e sentidos do trabalho docente	Trabalho coletivo na escola; Novas identidades docentes; Trabalho docente e gênero; Representações sobre a docência; Participação político-social; Formação de professores.	10
• Políticas educacionais e precarização do trabalho docente	Intensificação do trabalho docente; Ampliação de jornadas de trabalho; Defasagens salariais; Formas de contratação docente; Perda do domínio sobre o conteúdo do trabalho; Controle do trabalho docente pela gestão escolar; Evasão do magistério.	9
• Políticas educacionais, trabalho docente e sindicalismo	Profissionalização docente; Formação político-pedagógica do professor.	2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Um olhar sobre os quatro eixos, sob os quais confluíram os temas das investigações sobre as políticas para o trabalho e a carreira docentes no Brasil no início do século XXI, permite vislumbrar caminhos pelos quais os estudos, e as compreensões sobre os temas, vão constituindo formas de analisar as políticas educacionais no contexto hodierno.

A análise permite concluir que os temas principais, dos estudos sobre trabalho e carreira docentes aqui considerados, se entrecruzam em torno de aspectos comuns, em que pesem suas diferenças e especificidades.

Mas, como dito anteriormente, os temas principais por si só não dão conta de sistematizar a amplitude das teses e dissertações pesquisadas. As bases da pesquisa sugerem múltiplas outras formas de organização e análise dos trabalhos encontrados.

Exemplo disso, alguns trabalhos, classificados em diversos eixos, saltam aos olhos por destacarem o protagonismo dos sujeitos na realização das políticas educacionais, seja na sua formulação ou implementação.

Trata-se dos estudos de Abreu (2008), Ferreira (2010), Hergesel (2005), Melo (2009), Moreira (2008), Queiroz (2009), Rocha (2009), Varani (2005) e Wink (2009). Para além de uma categoria transversal às aqui propostas, no caso, o destaque para o protagonismo dos trabalhadores docentes na agenda das políticas públicas educacionais, as abordagens contidas nesses trabalhos sugerem uma inclinação de análise das políticas públicas que vislumbra também a ação dos seus implementadores e as redes de implementação dessas políticas, modelo de análise definido como *bottom-up*, em oposição às análises restritas à ação única e diretiva do Estado pelas políticas, definidas como *top-down* (SOUZA, 2003).

Outra tendência transversal aos temas dos estudos selecionados é o tipo de educação – pública ou privada – mais recorrentemente eleito para pesquisa. Nos estudos aqui considerados, em 9% deles não há uma preocupação explícita quanto à esfera de ensino, tratando-se de estudos teóricos sobre o trabalho docente em geral; em 88%, as preocupações de investigação se dirigem às políticas para o trabalho docente nas redes públicas



de ensino; contra 3% de estudos que contemplam o trabalho docente na esfera privada, ainda que em comparação com a rede pública.

Nota-se que há uma inclinação muito mais favorável a se compreender e explicar o trabalho docente e as políticas a ele dirigidas na rede pública de educação. E que essa preocupação com os problemas da educação pública – e seus trabalhadores e trabalhadoras docentes – tem ganhado mais espaço entre os acadêmicos. Essa tendência também foi observada quanto a estudos sobre a educação básica brasileira em geral:

Os diagnósticos da escassa acumulação de conhecimento, abundância de estudos setoriais sem a verticalização desejada, aos poucos vem sendo modificado. E neste cenário já é possível vislumbrar que muito do que se tem produzido está voltado para o entendimento da realidade educacional brasileira, tendo a educação básica como foco principal. (SILVA; JACOMINI; MINHOTO, 2013, p.19).

Enfim, a análise sobre as dissertações e teses que tematizaram políticas para o trabalho e a carreira docentes, aqui consideradas, aponta para um processo ainda em constituição de uma área de estudos sobre esse tema. No item a seguir, problematiza-se as possibilidades de constituição de um espaço dessa área junto às pesquisas em educação, à luz do conceito de campo científico.

3 Políticas para o trabalho docente: haverá espaço *no campo*?

Grande parte dos estudos sobre a produção do conhecimento científico, em diversas áreas, se utiliza do conceito de *campo científico*, cunhado por Pierre Bourdieu, para analisar interesses e valores implicados na produção científica e entre os cientistas (ARAÚJO; ALVES; CRUZ, 2009). Bourdieu (1983) assinala que o campo da ciência se organiza em torno de algumas características, tais como a legitimidade, a concentração e competição de temas, as escolhas científicas (do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação, etc.), a ordem, hierarquias e as instituições consagradas.



O autor vê o campo científico envolvido em relações de poder e de dominação e desmascara uma pretensa neutralidade das ciências, em especial as ciências sociais.

Como dito pelo próprio autor:

De uma definição rigorosa do campo científico enquanto espaço objetivo de um jogo onde compromissos científicos estão engajados resulta que é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente sobredeterminadas (BOURDIEU, 1983, p. 124).

Estudos em educação também tem recorrido ao conceito de campo para analisar a produção do conhecimento nesta área, a exemplo de Romanovski e Ens (2006), Brzezinski (2006), entre outros.

Azevedo e Aguiar (2001), com esse conceito, fundamentam análise a partir da legitimidade científica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) entre os estudiosos e instituições de pesquisa sobre a educação e a partir do espaço – e as tensões a ele correspondentes – da área da educação no campo científico das Ciências Sociais.

Um elemento interessante da análise dessas autoras é que o “campo de produção intelectual dos saberes sobre a educação” tem ainda uma especificidade de contar com o Estado como interlocutor, quando se trata das formulações das políticas educacionais:

Nesse contexto, como sabemos, ao mesmo tempo em que a educação tem ganho (sic) uma especial centralidade – devido ao fato de a ciência estar sendo progressivamente convertida em força produtiva – assiste-se, local e mundialmente, às sucessivas ações do Estado no sentido da reformulação dos sistemas de ensino. Essas ações, por sua vez, têm se caracterizado pela agilidade de sua decisão e implementação, distanciando, ainda mais, o fosso que separa o tempo da produção dos saberes advindos das investigações, do tempo político das decisões sobre a política educacional (...). Fato este que é agravado pelos parâmetros que estão regendo tais decisões, já que tendem a distanciar a política educacional do atendimento dos direitos de cidadania, colocando-a na direção do aumento dos níveis de exploração e de exclusão que

caracterizam a atual fase do desenvolvimento (AZEVEDO; AGUIAR, 2001, p.51-52).

Nos estudos sobre as políticas educacionais encontrados nesta pesquisa, a sua legitimidade tem ultrapassado inclusive as fronteiras das definições das linhas de pesquisa, como discutido anteriormente. Esse movimento sugere mais a existência de um campo científico em torno da educação do que em torno unicamente do trabalho e da carreira docentes ou suas políticas, ainda mais, diante do reduzido número de estudos encontrados sobre o tema e diferente do que se observa nos estudos sobre a formação de professores, que já vem ganhando notável espaço na produção do conhecimento na área educacional, como visto em Bello, Penna e Silva (2014).

O conceito de campo também pode servir para explicar a pouca escolha pelas temáticas do trabalho e carreira docentes nos estudos de pós-graduação em educação brasileiros, conforme apresentado anteriormente. Segundo Bourdieu (1983, p.128), os campos científicos possuem uma “hierarquia social”, “que orienta fortemente as práticas e, particularmente, as ‘escolhas’ de ‘vocação’”, sendo, tal hierarquia, estendida ainda aos “objetos e dos métodos de tratamento”.

Assim, pensando na constituição de um possível campo da produção de conhecimento científico sobre a educação, ou quiçá, mais especificamente, um campo de produção sobre as políticas educacionais, no Brasil, o trabalho e a carreira docentes estariam, no dizer de Bourdieu, em uma *posição menor* da hierarquia social dos objetos de estudo em educação, ainda que o desafio que se coloca, por ora, seja o fortalecimento, ou a constituição, desse campo científico específico da educação, este que, segundo Azevedo e Aguiar (2001), por sua vez, ocupa espaço ainda de pouco prestígio e valorização junto às Ciências Sociais⁴:

⁴ Nas palavras das referidas autoras, “[...] a posição pouco destacável que ocupa a educação na hierarquia social dos campos científicos. De fato, sua posição é ainda menos privilegiada do que a dos campos pertinentes às Ciências Sociais e Humanas que o alimentam” (AZEVEDO; AGUIAR, 2001, p.52).



Considerações finais

Retomando as questões fundamentais deste trabalho, foram identificadas algumas tendências nas pesquisas sobre o trabalho e a carreira docentes no Brasil entre os anos 2000-2010.

Primeiro, que tem havido um maior interesse em se investigar sobre as políticas de formação de professores do que as políticas para o seu trabalho e carreira. Neste ínterim, identificou-se que entre os anos 2000 e 2010 houve relativamente poucos estudos sobre o trabalho e a carreira docentes, quando comparados com as políticas de formação de professores e as políticas educacionais em geral, porém, o número de estudos sobre aquele aspecto tem crescido desde a segunda metade do período.

Viu-se que a maioria das pesquisas sobre o trabalho e carreira docente tem sido feita por mulheres, seja na condição de pesquisadoras ou de orientadoras. E que outros sujeitos, que não somente o Estado, tem sido vistos como agentes organizadores e implementadores das políticas educacionais, com o avanço das pesquisas de tipo *bottom-up*.

Outra tendência interessante foi a de que os espaços das pesquisas sobre políticas educacionais, bem como aquelas sobre políticas para o trabalho e a carreira docentes, não estão restritos a linhas de pesquisa explicitamente intituladas com este viés. Essa tendência se desdobra ainda em que, se por um lado as políticas aí analisadas ganham com a multiplicidade de enfoques e objetos a se conhecer, por outro há que se cuidar para não recair em fragilidades quanto aos seus fundamentos e métodos. Preocupação semelhante sobre o par heterogeneidade - homogeneidade se encontra em Azevedo e Aguiar (2001, p.66), quando afirmam:

Dessa perspectiva, o que desejamos enfatizar é que a heterogeneidade da produção tende a impossibilitar uma acumulação de conhecimentos que venha a expressar a presença de “um programa de pesquisa”, a partir do qual a comunidade concernente, em estreita interação, possa desenvolver e aprimorar procedimentos teórico-metodológicos com maior grau de consistência e com melhor grau de delimitação.



Por fim, uma última assertiva que se deixa neste trabalho diz respeito a uma necessária articulação sobre as dimensões da formação, do trabalho e da carreira docentes, em estudos sobre o tema. Como já sugerido anteriormente (SILVA, 2008c), essa articulação já está posta, ou melhor, proposta nas políticas educacionais brasileiras, desde a sua legislação educacional, mas ainda permanece em aberto quando da produção de conhecimento sobre os sujeitos docentes.

Referências

ABREU, D. C. de. **Carreira e perfil do profissional do magistério na rede municipal de ensino de Curitiba**: história e impacto da política brasileira de valorização do magistério. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

AMBROSIO, C. **Professores contratados e o processo pedagógico nas escolas públicas estaduais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARAÚJO, F. M. de B.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de *habitus* na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v.1, n.1, p.31-40, jan-jun, 2009. Disponível em: <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/revistapct/article/viewFile/14/14>. Acesso em: 10 out. 2014.

ARAÚJO, S. C. L. G. de. **Ser professor coordenador pedagógico**: sobre o trabalho docente e sua autonomia. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AUGUSTO, M. H. O. G. **Trabalho docente e organização escolar na rede estadual de ensino em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, Márcia A. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 77, p.49-70, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000400004. Acesso em: 10 out. 2014.



ReLePe



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

BARROS, D. de S. **A evasão de professores do magistério público estadual de Goiânia.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

BELLO, I. M.; PENNA, M. G. de O.; SILVA, M. R. L. da. As pesquisas sobre políticas de formação de professores no Brasil: análises de teses e dissertações sobre a temática (2000-2010). **II Jornadas Latinoamericanas de Estudos Epistemológicos em Política Educativa: Anais eletrônicos.** Curitiba: Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.jornadasrelepe.com.br/selecionados.php>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BELLO, I. M.; JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações. **Práxis Educativa [online]**, 2014, v.09, n.02, p. 369-393. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v09n02/v09n02a05.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BOURDIEU, P. O campo científico. IN: ORTIZ, R. (Org.). **Bourdieu – Sociologia.** São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, 1983, p. 122-155.

BRZEZINSKI, I. (Coord.). **Formação de Profissionais da Educação (1997-2002).** Brasília: MEC/ INEP, 2006.

CAÇÃO, M. I. **Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público paulista.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CASADO, M. I. M. **O sistema de ciclos e a jornada de trabalho do professor do Estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

CATINI, C. de R. **Trabalho docente, capital e estado: crítica de interpretações sobre o magistério no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, A. S. F. **O professor, seu trabalho, sua formação: dimensões políticas do trabalho docente no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

DAMASCENO, E. A. **O trabalho docente no movimento de reformas educacionais no Estado do Acre.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FERREIRA, M. A. dos S. **Valorização do magistério na educação básica no RN: participação do SINTE e do Governo Estadual na implementação do**



piso salarial profissional nacional na rede pública estadual no ano de 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FONTANA, C. A. Trabalho informal docente na rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GOUNET, T. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HAYASHI, C. R. M. Reflexões em torno da pesquisa e da produção do conhecimento em educação no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 49, p.45 -70, mar. 2013.

HERGESEL, S. dos S. A participação do sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) na formação político-pedagógica do professor. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LIMA, A. G. F. Invenções ordinárias: currículos, políticas e matizes nas culturas de “ser-professor”. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LUGLI, R. S. G. O trabalho docente no Brasil: o discurso dos centros regionais de pesquisa educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MELO, S. D. Trabalho e conflito docente: experiências em escolas de educação profissional no Brasil e na Argentina. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOREIRA, E. E. A política educacional paulista entre 1995-2000 e o trabalho docente. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

MOREIRA, F. A. As novas configurações do trabalho docente: implicações na qualidade do ensino e nos processos participativos da gestão escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

MOREIRA, J. B. Mulheres docentes: saberes e fazeres na cidade garimpeira, Cristalândia-TO (1980-2007). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.



OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas consequências sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila A. (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-37.

PADILHA, R. C. H. W. **Reconfiguração das Universidades Estaduais do Paraná: um estudo das mudanças no trabalho docente**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

PINTO, M. de F. N. **O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

QUEIROZ, M. G. **As políticas públicas de valorização do trabalho docente na rede de ensino da Serra-ES: a produção de efeitos no “chão da escola” (de que valor se trata?)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

ROCHA, M. da C. **Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho – uma análise de experiência de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROCHA, V. A. da. **Políticas de avaliação docente no ensino superior: o significado da gratificação de estímulo à docência (GED) na Universidade Federal de Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

RODRIGUES, V. M. **A formação política do professor de educação infantil: entre a construção coletiva histórica e a regulamentação das competências no modelo neoliberal**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ROMANOVSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo educacional**. Curitiba, v.6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, E. P. dos. **Professoras em tempos de mudanças: trabalho docente na rede pública de educação do Estado de São Paulo (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, A. A.; JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. Pós-graduação e educação básica: dos vieses políticos à produção acadêmica. IN: GOMES, A. M.; LEAL, T. F. (Orgs.). **XXI EPENN Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Anais [Recurso Eletrônico]**, Recife: Brasil, 2013. Disponível em:



http://www.epenn2013.com.br/MesasTematicas/MT_Articulacoes_PosGraduacao_e_Educacao_Basica_AntoniaSilva_Jacomini_Minhoto_POS_GRADUACAO_E_EDUCACAO_BASICA.pdf. Acesso em: 16 abr. 2014.

SILVA, F. J. da. **A intensificação do trabalho docente na rede municipal de Betim**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, M. das G. M. da. **Trabalho docente na pós-graduação: a lógica da produtividade em questão**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008a.

SILVA, M. R. L. da. **Trabalho docente em Feira de Santana – BA (2001-2004): precarização e profissionalização**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008b.

SILVA, M. R. L. da. Um novo princípio educativo para o trabalho docente? **Práxis educacional**. Dossiê temático: formação docente. Vitória da Conquista, v.4, n.4, p.69-82, jan./jun., 2008c.

SOUZA, A. N. de. Professores, trabalho e mercado. **Caderno CRH [online]**, v.20, n.49, p. 47-55, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n49/v20n49a05.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p.15-20, fev. 2003.

VARANI, A. **Da constituição do trabalho docente coletivo: re-existência docente na descontinuidade das políticas educacionais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

VIEIRA, J. N. **O sindicato como esperança de construção da profissão docente**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

WINK, S. E. D. **A política de valorização dos docentes da rede pública de Teutônia: um estudo sobre os limites e possibilidades**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.